



Câmara Municipal de Lisboa

Atribuição de apoio financeiro no âmbito do
Programa Municipal Lisboa Protege
Fundo de Emergência Social de Lisboa
Instituição Particular de Solidariedade Social e
Outras Entidades sem Fins Lucrativos

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Identificação da entidade requerente

Nome / designação _____

Personalidade jurídica: Instituição particular de solidariedade social
 Entidade equiparada a instituição particular de solidariedade social
 Outra Entidade sem Fins Lucrativos

Morada / sede _____ Código Postal _____ - _____

Localidade _____ Freguesia

Telefone _____ Telemóvel _____ E-mail _____

NIF/NIPC _____ Página da internet _____ Número BDAA (facultativo) _____

Contacto preferencial / cargo _____

Identificação do pedido de apoio

Área geográfica da intervenção: Concelho de Lisboa
 Outro _____

Área(s) de Intervenção Social: _____

A entidade requerente é gestora de equipamento(s) social(ais) Sim Não

Se sim, identifique: Nome do equipamento _____

Morada do equipamento _____

Valência(s) _____

Freguesia

Telefone _____ E-mail _____

Objeto e finalidade do pedido

Quantificação do apoio solicitado (em €) _____ por extenso _____

Fundamentação do pedido de apoio

Redução de fundos e receitas igual ou superior a 20% Sim Não Justifique



Câmara Municipal de Lisboa

Aumento excecional de procura de serviços igual ou superior a 20% Sim Não Justifique

Obras, não estruturantes, urgentes e inadiáveis em equipamento social localizado no Concelho de Lisboa, designadamente decorrentes de imposição legal Sim Não Justifique

Identificação de outros apoios

Beneficia de outros apoios da CML RAAML Outro Identifique-os

Beneficia de apoios de outras entidades públicas ou privadas para o mesmo objeto e finalidade no presente ano

Sim Não Quais

Requeriu apoios de outras entidades públicas ou privadas para o mesmo objeto e finalidade no presente ano

Sim Não Quais



Câmara Municipal de Lisboa

Documentos em anexo

- Fotocópia do cartão de identificação fiscal da entidade
- Fotocópia dos estatutos
- Fotocópia do documento de reconhecimento ou equiparação a instituição particular de solidariedade social, bem como do respetivo registo definitivo, quando aplicável
- Certidões comprovativas da regularização de contribuições e impostos à segurança social e ao estado, respetivamente
- Fotocópia da ata referente à eleição dos órgãos sociais em exercício
- Fotocópia do documento de identificação civil e fiscal do(s) respetivo(s) representante(s) legal(ais)
- Plano de atividades e orçamento do ano a que se candidatam devidamente aprovados
- Relatório e contas do ano anterior devidamente aprovados
- Demonstração de resultados do período já decorrido no ano de candidatura, quando superior a 6 meses
- Declaração, sob compromisso de honra, em como no presente ano não beneficia e/ou não requereu apoio extraordinário de outras entidades públicas ou privadas para o mesmo objecto e finalidade
- Quando o pedido se destine à realização de obras, documentos onde conste a respectiva memória descritiva e justificativa, orçamento discriminativo (com preços unitários) e cronograma de execução
- Outros elementos que a entidade requerente considere indispensáveis para prova do seu estado de necessidade

Os dados recolhidos destinam-se, exclusivamente, à instrução da candidatura ao fundo de emergência social de Lisboa, sendo a Câmara Municipal de Lisboa a entidade responsável pelo seu tratamento. O(s) representante(s) legal(ais) da instituição requerente declara(m), sob compromisso de honra, que os mesmos são atuais e correspondem à verdade, e autorizam a CML a proceder ao seu cruzamento com os constantes nas bases de dados de outras entidades públicas, designadamente com o Instituto da Segurança Social, a fim de evitar a sobreposição de apoios para o mesmo fim e pelos mesmos fundamentos.

É garantida a confidencialidade no tratamento de dados e este terá lugar em conformidade com a legislação aplicável, sendo assegurados todos os direitos aos seus titulares, incluindo o de acesso, retificação e eliminação.

A **informação sobre proteção de dados pessoais** encontra-se anexa ao presente formulário e dele faz parte integrante.

Lisboa, _____

Cargo social

(assinatura do representante legal)

Cargo social

(assinatura do representante legal)

Cargo social

(assinatura do representante legal)



Câmara Municipal de Lisboa

INFORMAÇÃO SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

(aplicável apenas a pessoas singulares)

O MUNICÍPIO DE LISBOA respeita as regras da privacidade e proteção de dados pessoais constantes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados, bem como da legislação nacional aplicável.

Os dados pessoais recolhidos neste pedido são única e exclusivamente para dar cumprimento ao disposto no artigo 102.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA) e/ou ao previsto na legislação específica aplicável ao pedido formulado, sendo que o tratamento dos referidos dados por parte do MUNICÍPIO DE LISBOA respeitará a legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais.

Responsável pelo tratamento - O MUNICÍPIO DE LISBOA é o responsável pela recolha e tratamento dos dados pessoais recolhidos e tratados na instrução do seu pedido.

Para os devidos efeitos, designadamente os que constam da regulamentação comunitária indicada e legislação nacional aplicável, os direitos que devam ser exercidos junto do Responsável pelo Tratamento deverão ser exercidos junto do serviço municipal com competência para a decisão final do pedido, de acordo com a orgânica municipal.

Encarregado de Proteção de Dados - Para o exercício dos direitos dos titulares dos dados previstos na regulamentação comunitária e legislação nacional em matéria de proteção de dados pessoais, o MUNICÍPIO DE LISBOA designou um Encarregado de Proteção de Dados (Data Protection Officer), cujo endereço eletrónico e morada são, respetivamente, os seguintes: dpo@cm-lisboa.pt; Campo Grande, 25, Bloco E, 2.º piso, 1749-099 Lisboa.

Finalidade do tratamento - Cumprimento de uma obrigação jurídica (CPA e/ou de legislação específica aplicável ao pedido formulado) ou necessário ao exercício de funções de interesse público.

Categorias de dados pessoais - Os dados pessoais recolhidos, como sejam o nome, a morada e os contactos, são os estritamente necessários para a instrução do pedido formulado.

Destinatário(s) dos dados - Os dados pessoais recolhidos destinam-se a ser utilizados pelo MUNICÍPIO DE LISBOA, não estando prevista nenhuma transmissão para outras entidades e, no(s) caso(s) em que possa(m) ocorrer, será previamente solicitado o devido consentimento nos termos da regulamentação comunitária e legislação em vigor em matéria de proteção de dados pessoais.

Conservação dos dados pessoais - Prazo definido na legislação aplicável ao pedido e consequente processo.

Direitos dos titulares dos dados pessoais - Os titulares dos dados pessoais têm direito a aceder à informação sobre o(s) tratamento(s) dos seus dados, a retificá-la se não estiver correta, ou até apagá-la.

Além destes direitos, designados e protegidos no RGPD como Direito de Informação, Direito de Acesso, Direito de Retificação e Direito de Apagamento, os requerentes têm ainda Direito à Limitação de Finalidades, à Minimização dos Dados e à Não Sujeição a Decisões Individuais Automatizadas, os quais podem ser exercidos junto do Responsável pelo Tratamento, ou então objeto de exposição ou reclamação junto do Encarregado de Proteção de Dados ou da Autoridade Nacional de Controlo, bem como eventuais violações podem ser fundamento de pedido de indemnização junto das instâncias jurisdicionais competentes.

Tomei conhecimento da informação sobre proteção de dados pessoais.

Primeiro e último nome

Assinatura

Data

/ /